


CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER - CDDM
ATA Nº09 DA 09ª. SESSÃO ORDINÁRIA

Ao sétimo dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, do ano corrente, na Casa da Mulher Brasileira, situada à Avenida Tancredo Neves - Caminho das Árvores (ao lado do Hospital Sarah), foi realizada a nona Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher que contou com a presença da Chefe de Gabinete da Secretária de Políticas para as Mulheres – SPM; **Cleidenea Bastos de Almeida**, a Assessora Especial do Gabinete da SPM **Daniella Araújo**, a Superintendente de Prevenção e Enfrentamento a Violência contra a Mulher **Camila Batista**, a Conselheira Vice-Presidente **Samêhy Conceição dos Santos Soares Pataxó**, representando a Associação de Mulheres Indígenas do Extremo Sul da Bahia – AMIESB, a Conselheira **Maria Otilia Soares**, representando a União de Mulheres de Vitória da Conquista – UMVC, a Conselheira **Argimária Freitas de Sousa Soares**, representando o Coletivo Quintas Feministas, a Conselheira **Maria Nilza da Conceição Santos**, representando a Cooperativa de Rede Produtoras da Bahia - (COOPERREDE), a Conselheira **Roseli de Oliveira Barbosa**, representando a Associação Tamo Juntas, a Conselheira **Tereza Cristina da Silva Bandeira**, representando a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, a Conselheira **Anabel Barbosa de Brito**, representando a Associação Ciranda das Mulheres – ASCIM, **Gildeane dos Santos Mota** representando a Associação de Mulheres Pintadenses – AMP, a Conselheira **Maria das Graças Rodrigues da Silva**, representando a Federação das Associações de Bairro de Salvador – FABS, a Conselheira **Iara Pereira dos Santos**, representando o Remo Ad Feminino, a Conselheira **Maria Rute Lima Silva**, representando a Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia – FATRES, a Conselheira **Milena Passos Almeida Silva**, representando a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais – SEPROMI, a Conselheira **Taila Barbosa Santos**, representando a Secretaria de Educação – SEC, a Conselheira **Vanessa Costa Reis**, representando a Secretaria de Educação – SEC, a Conselheira **Cândida Maria Pimentel**, representando a Secretaria de Saúde – SESAB, a Conselheira **Regina Marcia Ferreira Bonfim**, representando a Secretaria De Justiça E Direitos Humanos – SJDH, a Conselheira **Renata Luciana Cruz Sena**, representando a Secretaria da Segurança Pública – SSP, a Conselheira **Silva Christiane Écio Damasceno**, representando a Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE. **Samêhy Pataxó (AMIESB)**: iniciou a reunião dando boas-vindas a todas e introduzindo a pauta de apresentação do Selo Lilás. **Daniella Araújo (SPM)**: apresentou sua atuação como ponto focal do Selo Lilás. Explicou que a iniciativa visa certificar empresas que promovem políticas inclusivas e valorizam as mulheres, além de ações de consideração de combate à discriminação, assédio e violência no ambiente de trabalho. O selo tem validade de dois anos e incentiva boas práticas no setor empresarial baiano. Destacou que o Selo Lilás surgiu a partir da Lei Estadual nº 14.3003 e foi regulamentado em 2023. Seu objetivo é reconhecer empresas que já adotam medidas para valorizar as mulheres e enfrentar desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Apresentou dados que justificam a necessidade dessa política, como a diferença salarial entre homens e mulheres, a baixa representatividade

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

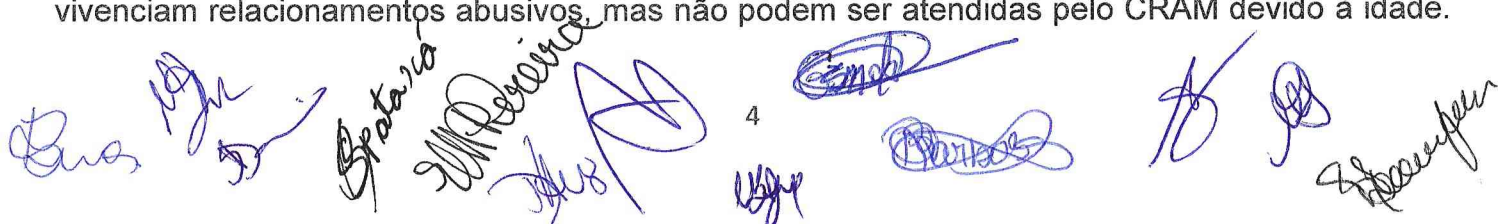
feminina em cargas de liderança e o alto percentual de mulheres negras em situação de vulnerabilidade econômica. Foram incluídas algumas ações que as empresas podem implementar para se qualificarem ao selo, tais como políticas de combate à discriminação, criação de canais seguros para denúncias de assédio, garantia de igualdade salarial e promoção da participação feminina na liderança. Também foram mencionadas medidas como a disponibilização de creches, espaços para amamentação e programas de capacitação para mulheres. Reforçou que o Selo Lilás está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente aqueles relacionados à igualdade de gênero e ao crescimento econômico sustentável. Informou que a primeira edição do selo ocorreu no ano anterior e, atualmente, o edital da segunda edição está aberto até o dia 12. Foram destacadas as vantagens do selo para as empresas, como fortalecimento da imagem institucional, atração de investimentos e melhoria do ambiente organizacional. Além disso, ressaltou-se a importância de reforçar a lógica patriarcal no mercado de trabalho, eliminar desigualdades e garantir melhores condições para mulheres chefes de família. Explicou sobre o público-alvo do Selo Lilás, destacando que empresas públicas, privadas, centros educativos, comércios, indústrias, micro, pequenas, médias e grandes empresas podem aderir. Informou que o edital foi publicado em 12 de dezembro do ano anterior e que as inscrições permanecem abertas até 12 de fevereiro. Ressaltou a importância de que as entidades interessadas realizem a adesão dentro do prazo. Explicou as etapas do edital, que incluem inscrição, análise documental, divulgação do resultado preliminar e previsão de resultado final para 31 de março. Detalhou os critérios de certificação, mencionando que há um barema com 26 critérios para empresas e 18 para entidades. Para obter o selo, microempresas precisam atender a 4 critérios, pequenas empresas a 5, médias a 7 e grandes a 11. No caso das entidades, é necessário cumprir pelo menos 3 ações do barema. Sobre o processo de inscrição, informou que ele foi simplificado em relação à edição anterior. O acesso é digital, disponível no site www.selolilas.spm.ba.gov.br, onde é possível baixar o edital, anexar a documentação e acessar um vídeo explicativo sobre os procedimentos. Reforçou que há um portal para facilitar a obtenção de certidões e que todas as informações estão disponíveis na página inicial do site. Ela destacou que já existem 83 empresas certificadas e que o selo tem validade de dois anos, podendo ser renovado mediante a comprovação de uma nova ação dentro do barema. Acrescentou que um dos critérios de certificação exige que a empresa tenha pelo menos 30% de mulheres em seu quadro funcional ou demonstre crescimento desse percentual ao longo dos anos. Enfatizou a importância da adesão de mais entidades ao Selo Lilás e incentivou a participação de os presentes. Destacou a necessidade de fortalecer a valorização da mulher no mercado de trabalho, seja no setor privado, terceiro setor ou em organizações diversas. Por fim, mencionou que o edital contempla a contratação de mulheres trans, conforme o ponto 13 do barema, reconhecendo a diversidade dentro do conceito de mulher. Também informou que o catálogo das empresas certificadas está disponível no site e que tanto a apresentação utilizada quanto o edital e o vídeo explicativo serão disponibilizados no grupo para consulta. **Samêhy Pataxó (AMIESB)**: retornou como ponto de pauta a aprovação das atas nº 06,07 e 08 com as Conselheiras, que sem objeção aprovaram unanimemente. Aproveitou para frisar que o modelo da última ata foi bem objetivo e que as próximas poderiam seguir o mesmo formato. **Cleidenea Bastos de Almeida (SPM)**: reforçou que a discussão sobre o modelo das atas vai ser retomado e que virá com dois modelos



para o Conselho decidir em votação o mais apropriado. Introduzindo a próxima pauta ressaltou que a violência contra a mulher é uma pauta constante, sendo uma demanda contínua para a Secretaria. Destacou que, apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito para alcançar a excelência no enfrentamento dessa questão. Enfatizou a importância do Conselho de reflexão sobre possíveis ações a serem desenvolvidas, especialmente no que se refere ao monitoramento das iniciativas em andamento. **Camila Batista (SPM)**: iniciou sua apresentação sobre as ações da SUPEV – Superintendência de Prevenção e Enfrentamento a Violência, ressaltou que a violência contra a mulher é uma pauta constante e que a secretaria recebe demandas frequentes sobre o tema. Apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito para alcançar um nível de excelência. Destacou a importância de o conselho refletir sobre as ações que podem ser implementadas, incluindo o monitoramento contínuo das iniciativas. Em seguida, reforçou que a violência contra a mulher é uma questão cotidiana, especialmente para as consultas do interior, onde a pressão é ainda maior e há ausência de políticas públicas estruturantes. Na capital, há mais estrutura disponível, mas ainda há desafios importantes. Foi considerado que a secretaria tem trabalho com três eixos principais: prevenção, enfrentamento à violência contra as mulheres e transformação social pelo meio da educação. Um dos programas desenvolvidos é o Oxe, me respeite nas escolas, criado a pedido do governador logo no início da gestão. Esse programa foi formulado por diversas instituições, incluindo a Secretaria de Educação e o UNFPA, e possui um comitê gestor composto por várias secretarias. Está prevista a criação de um comitê institucional permanente de prevenção à violência e ao feminicídio, que contará com a participação da sociedade civil. O objetivo é alcançar todas as escolas estaduais, e já há um planejamento para a capacitação de educadores sociais. Cada projeto contará com três a quatro educadores, atendendo de 30 a 40 escolas por território. Além disso, destacou-se a formação permanente de agentes de segurança pública, incluindo militares e civis, com um curso obrigatório sobre gênero para soldados, capitães e tenentes. Essa iniciativa surgiu após casos ocorridos no carnaval passado, evidenciando a necessidade de maior preparação dos profissionais para lidar com casos de violência contra a mulher. No eixo de enfrentamento, foi ressaltada a importância da rede de proteção, que envolve equipamentos de segurança pública, assistência social e o sistema judiciário. Foram mencionadas ações recentes, como a implementação de ajuda financeira para mulheres vítimas de violência e a criação de salas especializadas nos municípios para atendimento a essas mulheres. Por fim, abordou-se a atuação do programa Oxe, me respeite também em atividades populares, como o carnaval, micaretas e festas juninas. O objetivo é sensibilizar a população sobre as diversas formas de violência, especialmente a importunação sexual, que se intensifica durante esses eventos devido ao consumo de álcool. A secretaria realizou capacitações antes desses festejos para preparar a rede de atendimento dos municípios. No que diz respeito às unidades móveis, foi informado que atualmente existem duas, sendo que uma está passando por reformas para otimizar o atendimento. A unidade reformada terá apenas uma sala de atendimento, mas contará com um espaço interativo, incluindo livros feministas, vídeos e diálogos comunitários. A mudança na abordagem tem como objetivo tornar a unidade mais acolhedora, reduzindo a resistência das mulheres em acessar os serviços por receio de exposição. Durante os festejos, essas unidades também funcionam como um meio de visibilidade e conscientização. Em um município de pequeno porte, observou-se que a presença da unidade móvel gerou uma percepção de maior fiscalização

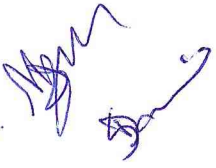




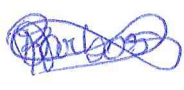



Das
Batista
Moraes
A. P. S.
3
SPM
Alten
S. P.

sobre os casos de violência contra a mulher. O trabalho conjunto entre secretarias e forças de segurança foi apontado como um fator relevante para a eficácia das ações. No âmbito dos termos de colaboração, foram citados projetos implementados desde 2023, que resultaram no fortalecimento da criação de coordenadorias para mulheres em diversos municípios, como São Gabriel. Os editais voltados para mulheres quilombolas, indígenas e cooperativas também foram mencionados como medidas eficazes para garantir maior inclusão dessas comunidades nas políticas públicas. **Tereza Cristina Bandeira (CTB)**: destacou três pontos principais em sua fala. Primeiramente, ressaltou a importância da CTB enquanto central sindical que abrange diversas categorias profissionais. Mencionou a oportunidade de diálogo entre órgãos e instituições, como a Secretaria de Segurança Pública e a SPM, com empresas para a implementação do Selo Lilás, promovendo a criação de oportunidades de emprego específicas para mulheres em situação de vulnerabilidade. Informou que, recentemente, foi incluída uma cláusula nos acordos coletivos para garantir a proteção dessas mulheres por um período de 12 meses, considerando o impacto da violência doméstica, especialmente para aquelas com filhos menores. Em seguida, abordou a necessidade de melhorar a comunicação do SPM com a população, indicando que as informações sobre ações e programas sejam divulgadas em horários estratégicos, como ao meio-dia e no início da noite, para alcançar um público mais amplo. Destacou-se que, apesar do papel multiplicador do Conselho, este não dispõe de ferramentas próprias de comunicação, tornando essencial uma estratégia mais acessível para que as mulheres tenham conhecimento dos serviços oferecidos. Por fim, enfatizou que a Casa da Mulher Brasileira ainda não recebe a devida valorização e visibilidade, sendo necessário um esforço maior para destacar sua importância e impacto na vida das mulheres. Reforçou que as ações da SPM deveriam ter maior reconhecimento público, para que os benefícios fossem benéficos às mulheres que relatam. **Maria Otília Soares (UMVC)**: explicou que, quando um vereador usa seu espaço de maneira manipulatória, age como se estivesse fazendo um favor à comunidade, em vez de trabalhar em prol dos direitos legítimos, isso enfraquece a relação de confiança. Ela destacou que, muitas vezes, os eleitores veem as ações desses políticos como favores, o que leva à ideia de que devem retribuir votando neles. Esse cenário acaba dificultando a eleição das mulheres, pois, ao contrário dos homens, as mulheres não se envolvem em ações que são vistas como favores, mas sim na luta por direitos, ou que nem sempre são reconhecidas de forma adequada pela sociedade. **Renata Luciana Cruz Sena (SSP)**: traz a preocupação com o aumento da violência contra as mulheres, especialmente as policiais, e também com a violência perpetrada pelo tráfico nas comunidades. Ela questionou sobre as ações que estão sendo realizadas para enfrentar essas questões. Além disso, ela mencionou a Casa da Mulher Baiana, destacando que a proposta envolve três municípios, e quis esclarecer se a iniciativa seria um complemento aos CRAM'S (Centro Especializado de Atendimento A Mulher) ou se representaria uma ampliação da rede de apoio e proteção à mulher. Ela pediu mais detalhes para entender melhor como a Casa da Mulher Baiana se encaixa nesse contexto de assistência. **Camila Batista (SPM)**: explicou que o CRAM (Centro de Referência de Atendimento à Mulher) segue uma norma técnica de 2006 que limita sua atuação, incluindo a faixa etária para atendimento, que só aceita mulheres a partir de 18 anos. Ela mencionou a necessidade de uma atualização dessa norma, considerando, por exemplo, o caso de meninas com 16 anos que já vivenciam relacionamentos abusivos, mas não podem ser atendidas pelo CRAM devido à idade.




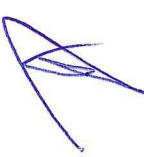


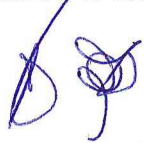



4

A convidada destacou a importância de atualizar as normativas, incluindo mais serviços e um texto mais abrangente, para atender melhor às necessidades das mulheres. Mencionou a necessidade de atualizar a portaria de 2006, já que ela é considerada ultrapassada, e destacou as dificuldades enfrentadas pela burocracia e pela falta de informações completas sobre as assistidas. Por fim, ela enfatizou que as mudanças necessárias para a melhoria desses serviços devem ocorrer durante as conferências, que são o momento adequado para discutir e alterar as normas defasadas. **Samêhy Pataxó (AMIESB)**: expressou sua frustração com a dificuldade de acessar dados sobre o atendimento às mulheres, especialmente no contexto indígena, devido à falta de transparência e à questão do sigilo. Ela explicou que a informação que busca não se refere aos nomes das assistidas, mas ao perfil delas, como a quantidade de mulheres atendidas em determinado período e o foco nas questões de violência. Destacou que, apesar de existirem iniciativas como o CRAM Indígena em Coroa Vermelha, há uma lacuna na coleta de dados em outras comunidades e municípios, como Porto Seguro, o que dificulta a análise da situação. Sem esses dados, é impossível saber se a violência contra as mulheres está aumentando ou diminuindo, o que torna o trabalho de enfrentamento mais desafiador. **Camila Batista (SPM)**: informou que o Ministério enviou uma portaria sobre o atendimento a mulheres indígenas na Casa da Mulher Brasileira, com instruções e capacitação para as equipes. Também está sendo criado um protocolo para o acolhimento de mulheres trans. Ela mencionou a conferência das mulheres indígenas na Bahia, que ocorrerá em Paulo Afonso de 11 a 13 de maio. Explicou que foi garantido um decreto para que o governo do Estado priorize essas mulheres em suas contratações, embora a lei não obrigue empresas privadas, há um diálogo em andamento para ampliar essas oportunidades. **Cleidenea Bastos de Almeida (SPM)**: destacou que está em andamento um diálogo com as reitoras de universidades, para criar um modelo que permita a transferência de alunas com medida protetiva entre universidades sem entraves burocráticos. A proposta inclui também a garantia de uma bolsa para auxiliar na mudança de cidade e na manutenção da estudante. Apontou a dificuldade de acesso imediato ao suporte em momentos de crise, reforçando que a responsabilidade pelo atendimento a mulheres vítimas de violência deve ser compartilhada entre Estado, municípios, governo federal e movimentos sociais. **Argimária Freitas de Sousa Soares (Quintas Feministas)**: destacou a necessidade de revisar a estrutura dos Núcleos Especializados de Atendimento à Mulher (NEAMs) no interior da Bahia. Atualmente, esses núcleos estão ligados às Coordenadorias Regionais do Departamento de Polícia do Interior, enquanto as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM's) estão sob o Departamento da Mulher e dos Vulneráveis. Ela sugeriu que os NEAMs sejam garantidos aos DEAM's mais próximos, garantindo maior alinhamento na gestão e padronização do atendimento. **Camila Batista (SPM)**: explicou que as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM's) possuem autonomia, equipe própria e uma delegada titular designada. Com a criação do Departamento de Proteção às Mulheres e Pessoas Vulneráveis, as DEAM's passaram a ser vinculadas a esse departamento. Por outro lado, os Núcleos Especializados de Atendimento à Mulher (NEAMs) não possuem força de lei, pois não passam pela Assembleia Legislativa. Em vez disso, eles ficam subordinados às Delegacias Territoriais e são geridos pela Coordenação do Departamento de Polícia do Interior (DEPIM). **Argimária Freitas de Sousa Soares (Quintas Feministas)**: citou que tinha esse entendimento, que foi delegada de NEAM e achava que era

Rus.         

vinculada à Territorial, mas não é, hoje é a Coordenadoria Regional. **Camila Batista (SPM)**: destacou a diferença entre as DEAM's e NEAMs, que ocorre devido à diferença na formação, padronização e interpretação dos fluxos de atendimento. Enquanto os DEAM's são unidades especializadas, com procedimentos próprios e vinculados ao Departamento de Proteção às Mulheres e Pessoas Vulneráveis, os NEAMs são considerados apenas núcleos de atendimento especializados e instruções do Departamento de Polícia do Interior (DEPIM). Essa diferença gera inconsistências no atendimento e dificuldades operacionais, especialmente quando há falta de alinhamento entre as gestões. Diante desse cenário, sugeriu que o Conselho elaborasse um documento para a Secretaria de Segurança Pública propondo a vinculação dos NEAMs aos DEAM's mais próximos. Tendo como objetivo garantir um fluxo de atendimento mais uniforme e estruturado. Além disso, a inclusão de casos reais poderia fortalecer a argumentação desse pedido. **Cleidenea Bastos de Almeida (SPM)**: sugeriu a criação de uma comissão para elaborar a minuta do ofício a ser encaminhada à Secretaria de Segurança Pública, propondo a vinculação dos NEAMs aos DEAM's mais próximos. Indicando que caso as conselheiras concordem, o documento será socializado no grupo para aprovação antes do envio. E ao perguntar, as conselheiras Taila Barbosa e Argimária Soares se disponibilizaram para participar da elaboração do ofício. Sobre a pauta da Conferência informou que o decreto da Conferência Nacional já foi publicado, mas as orientações serão definidas na reunião do Conselho Nacional nos dias 19 e 20. Destacou que a conferência estadual deverá ocorrer em agosto, antes da nacional, prevista para setembro, considerando a possibilidade de alinhamento com o Agosto Lilás. Dois dados serão sugeridos para avaliação e definição em reunião posterior. Explicou que as conferências se dividem em Municipais, Territoriais, Livres, Estaduais e Nacionais. Ressaltou que as Conferências Livres permitem debates sem interferência governamental e garantem espaço para diferentes segmentos de mulheres discutirem pautas específicas. Informou que atualmente há 89 municípios com lei de criação do CDDM, porém nem todos estão em pleno funcionamento. Reforçou que a retomada e o fortalecimento desses conselhos são pautas prioritárias. Mencionou que será elaborado um cronograma para visitas aos municípios, levando em consideração a logística e a proximidade das consultas com os territórios. Explicou que a SPM já adota uma metodologia de articulação com os conselhos municipais durante suas agendas nos municípios, buscando fortalecer o compromisso e a atuação conjunta. Então, ressaltou que uma mudança na gestão impactou o funcionamento dos conselhos em alguns municípios, tornando necessária uma reorganização. Destacou que a SPM tem o papel de criar condições para o funcionamento dos conselhos municipais, enquanto o CDDM deve garantir a sua operacionalização. **Tereza Cristina Bandeira (CTB)**: sugeriu a criação de um grupo de diálogo entre os vice-presidentes dos conselhos municipais, para fortalecer a comunicação e a aproximação entre eles. Ela destacou que, apesar de serem conselheiras estaduais, existe uma falta de diálogo direto com as conselheiras municipais de vários municípios do estado. Ela ressaltou a importância de criar um canal de comunicação entre os vice-presidentes, especialmente aqueles que representam o movimento social, para facilitar a aproximação e a construção de um vínculo mais forte com a realidade de cada município. Acredita-se que, com o apoio da SPM, seria possível ajustar a estrutura e facilitar essa aproximação, considerando que este ano a comunicação e a articulação entre as partes serão fundamentais. **Cleidenea Bastos de Almeida (SPM)**: destacou a criação

Das.     6    

que uma equipe de comunicação possa unificar e sistematizar as ações das mulheres no período. **Cleidenea Bastos de Almeida (SPM):** sugeriu a criação de uma dinâmica de escuta nas reuniões, reservando ao menos 10 minutos para que uma organização pudesse apresentar seu trabalho. O objetivo é possibilitar um maior conhecimento entre os membros e evitar que a pauta fique restrita apenas às discussões conduzidas. Mencionou o interesse em conhecer as principais ações de empoderamento feminino realizadas, propondo que, a cada reunião, uma organização traga um momento de apresentação de suas iniciativas. A ideia é que cada entidade possa expor um projeto que a represente. Para a próxima reunião, foram indicadas as organizações SESAB, representando o poder público, e Tamo Juntas, representando o movimento social. O tempo previsto para cada apresentação será de 10 minutos, podendo ser estendido para até 15 minutos, caso necessário. Assim foi realizada uma dinâmica conduzida por Cândida Silva (SPM) para promover conexão e reflexão entre os participantes. Após a finalização da dinâmica, não houve mais deliberações ou discussões, e a reunião foi oficialmente encerrada. Eu, Neurací Alves da Silva, subscrevi a presente ATA, que segue assinada pelas Conselheiras presentes.

Salvador, 07 de março de 2025.

Sociedade Civil

Samêhy Conceição dos Santos Soares Pataxó (AMIESB): Spataxó

Maria Otília Soares (UMVC): Maria Otília Soares

Gildeane dos Santos Mota (AMP): Gildeane dos Santos Mota

Roseli de Oliveira Barbosa (Associação Tamo Juntas): Roseli de Oliveira Barbosa

Argimária Freitas de Sousa Soares (Coletivo Quintas Feministas): Argimária

Maria Nilza da Conceição Santos (COOPEREDE): Maria Nilza da Conceição Santos

Tereza Cristina da Silva Bandeira (CTB): Tereza Cristina da Silva Bandeira

Anabel Barbosa de Brito (ASCIM): Anabel Barbosa de Brito

Maria das Graças Rodrigues da Silva (FABS): Maria das Graças Rodrigues da Silva

Iara Pereira dos Santos (Remo Ad): _____

Maria Rute Lima Silva (FATRES): Maria Rute Lima Silva

Poder Público

Cleidenea Bastos de Almeida (SPM): *[Handwritten signature]*

Camila Batista (SPM): _____

Daniella Araújo (SPM): *[Handwritten signature]*

Milena Passos Almeida Silva (SEPROMI): *Milena Passos Almeida Silva*

Renata Luciana Cruz Sena (SSP): *Renata Luciana Cruz Sena*

Silva Christiane Écio Damasceno (SETRE): *Silvia b. Écio Damasceno*

Regina Marcia Ferreira Bonfim (SJDH): *[Handwritten signature]*

Cândida Maria Pimentel (SESAB): *Cândida M. Pimentel Pereira*

Taila Barbosa Santos (SEC): _____

Vanessa Costa Reis (SEC): _____



Neuraci Alves Silva

Secretária Executiva

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDD

